

Tião Viana: PT quer incluir no INSS 40 milhões de informais

Senador anuncia que partido defende apoio do INSS a trabalhadores informais quando atingirem idade de aposentadoria.

Página 7



José Cruz

Mozarildo cobra apuração sobre caso do avião francês

Comissão de Relações Exteriores deve avaliar incidente envolvendo aeronave militar em Manaus, segundo Mozarildo Cavalcanti.

Página 6



Roosevelt Pinheiro

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.750 - Brasília, quarta-feira, 30 de julho de 2003

Delegado diz que US\$ 124 bi saíram pelas contas CC-5



Célio Azevedo

Castilho se revela indignado com o que chama de "operação abafa" para evitar investigações

O depoimento do delegado José Castilho Neto na CPI do Banestado durou quase 12 horas. Parte da sessão foi secreta para que os parlamentares pudessem receber informação considerada sigilosa.

Páginas 4 a 6



Célio Azevedo

PROVAS
Parlamentares debateram durante todo o dia com o delegado. Ele ofereceu à CPI o relatório da Operação Macuco, que apurou remessas ilegais, e afirmou que as contas CC-5 se transformaram em "lavanderia de dinheiro mundial". Antero Paes de Barros presidiu a reunião.



Roosevelt Pinheiro

RECONHECIMENTO Francisca Trindade foi exemplo de luta pela cidadania, destaca Suplicy

Suplicy lamenta falecimento de deputada

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou em Plenário voto de pesar pelo falecimento da deputada federal Francisca Trindade (PT-PI). Sua ausência no enterro da parlamentar, que morreu no último domingo, aos 37 anos, vítima de aneurisma cerebral, foi justificada por visita feita a acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo.

– Ao longo dos seus mandatos (foi vereadora e deputada estadual), Francisca foi exemplo de luta pela cidadania, pelos direitos dos negros e das mulheres – afirmou.

Fórum

Eduardo Suplicy comentou também a abertura do Fórum Nacional do Trabalho, que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro do Trabalho, Jaques Wagner. Conforme assinalou, a iniciativa deve propiciar o diálogo entre patrões, empregados, governo e Congresso na busca pela descentralização das relações de trabalho e atualização da legislação trabalhista.

Agenda



Plenário realiza sessão não deliberativa

Tem início às 14h30 a sessão de hoje, para comunicados da Mesa e pronunciamentos de parlamentares. Paulo Paim (PT-RS) e Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) são os primeiros senadores inscritos para falar. O leitor pode acompanhar toda a sessão ao vivo por meio da TV ou da Rádio Senado.

Paim participa de solenidade e recebe comitiva gaúcha

O presidente em exercício do Senado, Paulo Paim (PT-RS), participa, no Ministério da Assistência e Promoção Social,

às 9h30, da instalação de comissão interministerial que implementará a Política Nacional do Idoso; às 16h30, recebe o secretário de

Esporte, Turismo e Lazer do RS, Luís Augusto Lara, acompanhado de comitiva do município de Bagé e de representantes da Apae.

Procurador fala hoje à CPI do Banestado

Para ouvir o depoimento do procurador da República Luiz Francisco de Souza – foto –, a Comissão Parlamentar de

Inquérito do Banestado, presidida por Antero Paes de Barros (PSDB-MT), se reúne hoje, às 10h.



TV Senado apresenta entrevista e debates

A TV Senado exhibe hoje, às 12h30, entrevista com o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) – foto – sobre alimentos transgênicos; às 13h, Patrícia Saboya (PPS-CE) – foto – e o



ministro Nilmário Miranda, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, debatem a exploração infantil. Às 19h, será exibido programa sobre os 180 anos do Parlamento.

Senado homenageará Maçonaria, Dinarte Mariz e Allende

A pedido dos parlamentares, o Senado realizará três sessões especiais. No dia 20 de agosto haverá homenagem à Maçonaria pelo transcurso do Dia do Maçom. No dia 22 de agosto, em sessão solene

especial, será lembrado o centenário de nascimento do ex-senador Dinarte Mariz. E, no dia 11 de setembro, a sessão do Senado irá homenagear o ex-presidente do Chile Salvador Allende.

Comissões votam projetos

As Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) se reúnem na próxima semana para votação de projetos. Na terça-feira, a CE deve votar o PLS nº 04/03, que prevê o ensino da língua espanhola nos níveis médio e fundamental. Na quinta-feira, a CAS analisa, entre outros projetos, o PLC nº 42/02, que trata da comercialização da soda cáustica.

Semana de Software Livre

De 18 a 22 de agosto realiza-se no Congresso a Semana de Software Livre no Legislativo, para discutir aplicações e usos de programas abertos de computador no Brasil. Estão previstas palestras, debates e mesas-redondas com especialistas nacionais e internacionais. As inscrições podem ser feitas pelo endereço <http://www.congresso.gov.br/softwarelivre>.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Roosevelt Pinheiro

CARÊNCIA Centro-oeste mineiro tem indicadores semelhantes ao Nordeste, diz Hélio Costa

Costa quer mais municípios de MG na Sudene

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) defendeu a inclusão de 25 municípios da região centro-oeste de Minas Gerais na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que está sendo recriada pelo governo federal. Os municípios, salientou o senador, têm afinidades socioeconômicas com as regiões dos vales dos rios Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus, já sob influência da Sudene.

– Constatamos nesses municípios indicadores econômicos semelhantes aos encontrados no Nordeste, como altas taxas de analfabetismo, elevado crescimento demográfico, alto nível de mortalidade infantil, baixa urbanização e saneamento básico praticamente inexistente – disse o senador.

Hélio Costa apresentará requerimento no Senado solicitando informações ao ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, sobre a inclusão desses 25 municípios.

Economia

Outro aspecto importante, destacado pelo senador, é a influência que a inclusão traria para a economia mineira – a participação dessas cidades no produto interno do estado é praticamente nula. Hélio Costa disse que a medida representará um estímulo para o desenvolvimento das regiões, que passariam a contar com linhas de crédito, incentivos fiscais e recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste.

A concessão de financiamentos para pequenos empreendimentos deve ser, na avaliação do senador, o cerne da atuação da nova Sudene.

– Ela [a Sudene] deve priorizar os pequenos empreendimentos, base social e econômica da democracia dos países mais desenvolvidos, o chamado microcrédito – afirmou.

Paim elogia lançamento de fórum para o trabalho

O senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou em Plenário o lançamento, pelo governo federal, do Fórum Nacional do Trabalho, realizado na manhã de ontem no Palácio do Planalto. O fórum, explicou Paim, terá a participação de trabalhadores e empresários, dos mais diversos setores, e objetiva atualizar a legislação trabalhista. O parlamentar, que participou da cerimônia de lançamento, se disse satisfeito com os discursos do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do ministro do Trabalho, Jaques Wagner.

— Ouvi do presidente e do ministro que temos que parar de debater a relação capital-trabalho na ótica de que o trabalhador tem que perder sempre — afirmou Paim, que criticou a proposta apresentada no ano passado, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, de flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Paulo Paim salientou que o fórum de discussão contará com representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário. Lembrou ainda que o Congresso Nacional dará o tom final a qualquer mudança nas leis trabalhistas. Para ele, o governo acerta ao colocar o tema em amplo debate.

Selo homenageará negros da Revolução dos Farrapos

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, recebeu ontem o diretor-regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) no Distrito Federal, Alexandre Gomes Câmara, para conversar sobre a proposta do senador referente ao lançamento de carimbo e selo postal em homenagem aos Lanceiros Negros, mortos ao final da Revolução dos Farrapos.

Segundo Paulo Paim, a saga dos lanceiros é “uma página não contada da nossa história”, que passaria a ser mais conhecida pela divulgação do selo. A iniciativa, acrescentou, é também uma homenagem à comunidade negra.

— No acordo que pôs fim à revolução existia o compromisso de dar liberdade aos negros que haviam combatido, mas, infelizmente,

Deficientes físicos
Paim defendeu também maior inserção dos deficientes físicos no mercado de trabalho. Ele assegurou estar feliz com a recente contratação, em seu gabinete, de dois funcionários cegos, que terão equipamento especial para responder às cartas enviadas por seus eleitores, e de uma servidora paraplégica.

Paim salientou que o projeto de lei (PLS 06/2003) de sua autoria que cria o Estatuto do Portador de Deficiência, atualmente tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), será aperfeiçoado pelo relator, o senador Flávio Arns (PT-PR).

— O projeto, em sua redação final, terá recebido ampla contribuição da sociedade — disse, revelando que passou a se preocupar com a situação dos deficientes físicos após acompanhar o problema vivido por sua irmã, que perdeu a visão. Ele apontou ainda o alto índice de portadores de deficiência física na população brasileira.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou o pronunciamento de Paim e mencionou o empenho da Gráfica do Senado em disponibilizar publicações em braile. O senador Hélio Costa (PMDB-MG) também elogiou a franqueza de Paulo Paim ao tratar do tema.

lamente, na mesma noite, os lanceiros, principais guerreiros da revolução, foram todos assassinados, porque sua liberdade serviria de exemplo para o resto da comunidade negra do país se levantar exigindo a liberdade também.

O diretor dos Correios, que estava acompanhado pelo senador Eurípedes Camargo (PT-DF), informou que a Comissão Filatélica Nacional vai se reunir para deliberar sobre o assunto, devendo ser fixada a data de 20 de novembro, Dia Nacional de Zumbi dos Palmares, para o lançamento do selo em homenagem aos lanceiros.

Já o carimbo, que substitui o selo nas postagens, passará a ser utilizado na correspondência a ser expedida pelo gabinete de Paim.



Paim: iniciativa visa atualizar legislação



Europa já adota política de assistência às vítimas

A proposta do senador José Sarney baseia-se na experiência de diversos países que adotaram leis de apoio às vítimas de violência. A União Européia, por exemplo, divulgou um documento em 2001 (*Livro Verde*) em que orienta os países da comunidade a adotar políticas compensatórias às pessoas atingidas pela criminalidade. Em 1983 foi assinada a Convenção Européia Relativa à Indenização de Vítimas de Infrações Violentas.

Veja quanto os países que têm essa legislação empregaram em 2000 com assistência.

Fonte: Comissão das Comunidades Europeias

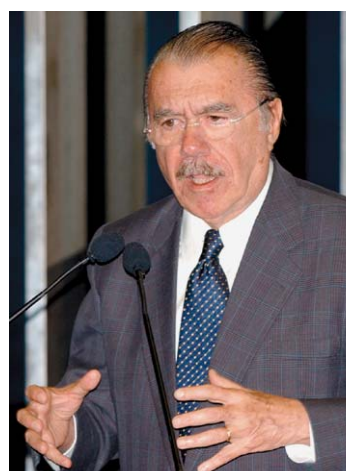
| País | Indenizações pagas (em milhões de euros) |
|-------------|--|
| Áustria | 1,4 |
| Bélgica | 6,3 |
| Dinamarca | 5,5 |
| Espanha | 1,5 |
| França | 147,5 |
| Portugal | 1,0 |
| Reino Unido | 340,9 |
| Suécia | 7,4 |

CCJ examina fundo para vítimas de ação violenta

Projeto estabelece assistência financeira a pessoas submetidas a crimes dolosos, como lesão corporal grave

Começa a tramitar na próxima sexta-feira projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP) que institui o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos. O projeto, que regulamenta dispositivo constitucional, receberá decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com a proposta, a União dará assistência financeira às vítimas ou herdeiros e dependentes carentes quando verificada a prática dos seguintes crimes dolosos: homicídio; lesão corporal de natureza grave de que resulte debilidade



Fotos: Roosevelt Finheiro

PROTEÇÃO Sarney, autor da proposta, quer garantir o benefício a herdeiros da vítima

permanente de membro, sentido ou função, incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, perda ou inutilização de membro, sentido ou função; ação contra a liberdade sexual, cometida mediante violência ou grave

ameaça; homicídio ou lesão corporal de natureza grave, provocado por projétil de arma de fogo, quando ignorado o autor e as circunstâncias do disparo, ainda que inexistia dolo (é o caso da bala perdida).

O Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos, a ser instituído no Ministério da Justiça, terá como fontes de recursos as dotações orçamentárias da União; as doações, auxílios, subvenções ou transferências voluntárias de entidades públicas ou privadas e de pessoas físicas; os decorrentes de empréstimos junto às agências ou bancos de desenvolvimento; as multas originárias de sentenças penais condenatórias com trânsito em julgado no âmbito da Justiça Federal; e as fianças quebradas ou perdidas nos termos da legislação processual penal, entre outras.

Benefício deve garantir custeio do tratamento médico e alimentação

Segundo o projeto do senador José Sarney, a assistência financeira consistirá no pagamento de quantia única e impenhorável destinada ao custeio dos gastos funerários, tratamento e despesas médicas, alimentação ou outras despesas essenciais à manutenção da saúde e do bem-estar. Os parâmetros mínimo e máximo do valor do benefício serão fixados pelo Executivo, levando-se em conta a gravidade e conseqüências do crime. A proposta prevê as hipóteses em que a União poderá exigir a restituição do benefício e relaciona as situações em que as vítimas não terão direito à assistência financeira. A proposição define dez

direitos das vítimas de ações criminosas, entre os quais receber tratamento digno e compatível com a sua condição por parte dos órgãos e autoridades policiais; ser informada sobre os principais atos do inquérito policial e do processo judicial referentes à apuração do crime e obter cópias das peças de seu interesse; prestar declarações perante autoridade policial ou judicial em dia diferente do mercado para a oitiva do suposto autor do crime; e obter rapidamente a restituição dos seus objetos e pertences pessoais apreendidos pela autoridade policial. Também é considerado direito das vítimas de ações criminosas, de acordo com o projeto, a

garantia especial de proteção do Estado quando, em razão de sua colaboração com a investigação ou processo criminal, sofrer coação ou ameaça à sua integridade física, psicológica ou patrimonial. Essas medidas de proteção serão estendidas ao cônjuge ou companheiro, filhos, familiares e afins, se necessário. A proposta define a vítima como a pessoa que suporta direta ou indiretamente os efeitos da ação criminosa consumada ou tentada, que venha a sofrer danos físicos, psicológicos, morais ou patrimoniais ou outras violações dos seus direitos fundamentais, bem como os de familiares próximos.

CPI DO BANESTADO

Policial federal que investigou remessas ilegais por meio das contas CC-5 depõe durante quase doze horas e revela as ações do crime organizado



Célio Azevedo

SUSPEITAS José Castilho Neto (de costas) criticou, várias vezes, o que classificou de “operação abafa”, destinada a impedir o andamento das suas investigações

Delegado: contas movimentaram US\$ 124 bi

A remessa de recursos para o exterior por meio de contas CC-5 se transformou, segundo o delegado da Polícia Federal José Castilho Neto, em uma “lavaneria de dinheiro mundial”. Em depoimento que só terminou às 21h30 de ontem à CPI do Banestado, o delegado disse que, em menos de dez anos, a partir da década de 90, foram movimentados US\$ 124 bilhões por meio dessas contas, a maior parte de forma irregular.

Por considerar que o crime financeiro serve como base para toda a criminalidade, Castilho, que investigou o caso nos Estados Unidos, saudou a criação da comissão parlamentar de inquérito, que, bem conduzida, na sua opinião, será “a CPI das CPIs”, pois terá condições de levantar provas documentais inclusive para as CPIs anteriores que detectaram a lavagem de dinheiro.

Ele ofereceu à comissão o re-

latório da Operação Macuco, que investigou o caso, entregue em 2002 à direção da Polícia Federal. O delegado disse suspeitar que o relatório nem sequer foi lido, já que nele, declarou, estão identificados graves problemas e as soluções para combatê-los.

José Castilho Neto informou que, nas duas vezes em que esteve em Nova York para investigar as contas da agência do Banestado, obteve colaboração

das autoridades locais, conseguiu a quebra do sigilo bancário e teve acesso a um banco de dados sem precedentes que mapeia a movimentação fraudulenta de bilhões de dólares.

– Esse banco de dados é um grande golpe no crime organizado no Brasil. Ele dá acesso a toda a bandalheira que sabemos que acontece neste país – declarou.

Para o delegado, o cruzamento das informações desse ban-

co de dados vai permitir que se monte uma base documental sólida, capaz de produzir provas contra criminosos, principalmente aqueles ligados à corrupção pública. Ele pediu agilidade nos trabalhos da comissão de inquérito, pois os caminhos para as investigações estão abertos.

– As autoridades americanas estão à disposição, investigando brasileiros. Estamos perdendo tempo – alertou.

Castilho reclama de “operação abafa”

Em vários trechos de seu depoimento, o delegado José Castilho Neto se disse indignado com o que chamou de “operação abafa” para evitar a investigação das contas. Castilho ressaltou que enfrentou todo tipo de dificuldades na tentativa de produzir provas contra os responsáveis pelos desvios.

– Foi uma atitude covarde e oculta – declarou o delegado, afastado das investigações duas vezes pela Polícia Federal.

O delegado criticou ainda a forma como o Ministério Público e a PF conduzem as investigações sobre lavagem de dinheiro. Para ele, os inquéritos se arrastam por muito tempo sob justificativas menores, como a impossibilidade de um

agente público receber diárias de manutenção por mais de três meses. Assim, Castilho acredita que se perde o princípio de oportunidade para a produção de provas; por isso, crimes financeiros cometidos entre 1996 e 1997 já prescreveram do ponto de vista fiscal.

– Ocorrido um crime, é preciso agir rapidamente para estancá-lo, caso contrário as provas se diluirão. O tempo corre contra as investigações – reclamou.

Com a imposição do rodízio entre delegados e procuradores nas investigações de Foz do Iguaçu (PR), informou Castilho, foram necessários seis anos para se chegar a conclusões.

– Graças a Deus ocorreu essa

CPI. Sem isso, tenho certeza que esse trabalho não teria andado. Gastamos tempo demais nas investigações. Isso é uma vergonha – lamentou, condenando também a demora do Banco Central para identificar irregularidades nas contas CC-5 e oferecer uma denúncia ao MP, o que ocorreu somente em 1997.

Castilho reconheceu o papel desempenhado pelo procurador da República Luiz Francisco de Souza, pela secretária nacional de Justiça, Cláudia Chagas, e pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC) no apoio às investigações nos Estados Unidos. Sem eles, afirmou, não teria permanecido 74 dias nos EUA e “talvez o trabalho não tivesse prosperado tanto”.

Jefferson pede que comissão apure boicote à investigação

Lembrando que a CPI do Banestado tem como objetivo não apenas apurar os beneficiários do esquema de remessa ilegal, mas também eventual cumplicidade de agentes públicos brasileiros na operação, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) pediu ao relator da comissão, depu-



Jefferson acha grave a denúncia de Castilho Neto

tado José Mentor (PT-SP), que também investigue as suspeitas levantadas pelo delegado da Polícia Federal José Castilho Neto de que teria ocorrido um boicote ao seu trabalho por parte de dirigentes da

Polícia Federal no governo atual e no governo passado.

Respondendo a perguntas feitas por Jefferson Péres, Castilho Neto detalhou situações em que seu trabalho teria sido boicotado. Ele também descartou a possibilidade de que a suposta má

vontade com sua atuação teria sido motivada por alguma questão pessoal.

– Questões pessoais não podem interferir em um assunto tão relevante – afirmou o delegado.

CPI DO BANESTADO Relator da comissão propôs que depoimento fosse reservado para que parlamentares tivessem acesso a nomes de envolvidos nas remessas ilegais

Castilho Neto é ouvido em reunião secreta

Dúvidas sobre a legalidade e a conveniência da divulgação de nomes de beneficiários de contas irregulares mantidas no exterior, a partir de recursos depositados no Brasil na modalidade CC-5, levaram a CPI do Banestado a solicitar que o delegado da Polícia Federal José Castilho Neto os fornecesse em depoimento reservado.

Castilho começou a depor por volta das 10h. Após manifestações sobre a conveniência ou não de transformar a reunião em secreta, o relator, deputado José Mentor, insistiu na importância de a CPI ter acesso aos nomes levantados no inquérito conduzido por José Castilho Neto, para separar as remessas legais das ilegais. Três horas depois, foi aprovada a proposta do relator para transformar a reunião de aberta em secreta.

Ainda na fase aberta, o delegado, que conduziu o inquérito sobre as remessas irregulares para a agência do Banestado em Nova York, a partir de maio de 2001, começou a explicar que o esquema de evasão a

partir de contas CC-5 abertas em Foz do Iguaçu pode ser dividido em duas partes. Uma delas é uma "estrutura criminosa", da qual participam funcionários públicos que "precisam ser responsabilizados".

Castilho referiu-se, para indicar nomes, a depoimento do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Adylson Motta, que apontou o ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco como o responsável pela autorização especial às agências de cinco bancos em Foz do Iguaçu que criou a brecha para as remessas fraudulentas. O delegado também relacionou o chefe do Departamento de Câmbio do BC, José Maria Carvalho, e a ex-diretora de Fiscalização do Banco Central Tereza Grossi entre os servidores que precisam ser responsabilizados.

A outra parte do esquema, segundo o delegado, é constituída dos usuários – "maus políticos, empresários desonestos, narcotraficantes" e outros integrantes de redes criminosas. Castilho informou que vem



INTIMIDAÇÃO Delegado Castilho Neto (D) afirmou que vem recebendo ameaças, mas não disse de quem

recebendo ameaças, mas não mencionou de quem. Afirmou ainda que a "cúpula da bandalheira nacional" deixou alguma impressão digital e o rastro nos extratos de contas bancárias no exterior.

Tucano

Ao se referir às quatro contas principais – Lespan, mantida no Citibank, Beacon Hill, Campari e De Polo – de empre-

sas que atuam em paraísos fiscais e abrigam vários beneficiários brasileiros, Castilho destacou um deles, intitulado "Tucano". O delegado disse ter duvidado da informação que lhe passaram, segundo a qual a conta continha operações de nomes relacionados ao partido tucano (PSDB).

– Mas a certeza da impunidade no Brasil é tão grande que

isso é possível – afirmou. Ele relatou que a "conta Tucano", como ficou conhecida, foi aberta por um doleiro de Campinas (SP), que, mostraram as investigações, é amigo do dono de uma empresa de medicamentos genéricos. Este, por sua vez, mantinha relação estreita com um político tucano que aparece relacionado entre os beneficiários.

IDELI SALVATTI



Remessas envolveram vários bancos

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) indagou a José Castilho Neto o motivo de só terem sido quebrados sigilos de contas CC-5 do Banestado, apesar de o Banco Araucária, Bemge, Banco do Brasil, Banco Rural e Banco Real também terem remetido dinheiro.

Castilho disse que o esquema era mais vulnerável no Banestado, daí as investigações terem se concentrado inicialmente no Banestado. A intenção, salientou, era ampliar a investigação para outros bancos.

HERÁCLITO FORTES

Nomes de suspeitos devem ser mostrados

Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu ao delegado da Polícia Federal que citasse os nomes dos políticos que estariam envolvidos no esquema de remessa ilegal. O senador criticou o policial por levantar suspeitas sem apontar quem são.

Castilho explicou que fala como investigador quando sugere que o rastreamento nas contas poderá detectar o envolvimento de políticos, mas que não dispõe de provas cabais que incriminem qualquer nome. Há suspeitas, afirmou.



ROMEU TUMA



Suspeita de envolvimento de servidores é grave

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) perguntou a José Castilho Neto se ele tinha provas de que funcionários do Banco Central haviam vendido informações de interesse de quem remetia dólares ao exterior pelas contas CC-5. "Se houver essa confirmação, trata-se de algo muito grave", afirmou.

Para o delegado, as pessoas que trabalharam na investigação "acreditam que o esquema só poderia dar certo com informações de dentro do BC". Mas a suspeita não foi comprovada.

PEDRO SIMON

Troca de equipe objetiva mascarar investigação

Pedro Simon (PMDB-RS) sustentou que as trocas de delegados e promotores nas investigações de remessas de dólares "objetivam simplesmente mascarar" o processo.

– Estamos diante de um caso grave. Primeiro, ficaram nessa história de tirar e colocar delegados e promotores. Depois, o próprio governo quis abafar a CPI aqui no Congresso. Agiram mal a Polícia Federal, o Ministério da Justiça, a Procuradoria Geral da República, o ministro da Fazenda – afirmou.



MAGNO MALTA



Cobrança ao PT por maior apoio às investigações

Preferindo não fazer nenhuma pergunta ao delegado, o senador Magno Malta (PL-ES) lamentou que o PT não esteja, a seu ver, apresentando a mesma disposição que demonstrou em outras CPIs, como a do Narcotráfico, de aprofundar as investigações.

Malta disse que o policial cumpriu sua missão ao trazer à CPI os indícios levantados até agora nas investigações, e que cabe à comissão, a partir dos depoimentos, produzir as provas necessárias.

CPI DO BANESTADO



SUSPEITA Serys (C) alega que os nomes têm sido citados pela imprensa em casos de evasão de divisas

Pedida a convocação de Maluf e Nicéa Camargo

A senadora Serys Slhessa-arenko (PT-MT) apresentou ontem, durante a reunião da CPI do Banestado, requerimentos de convocação do ex-governador Paulo Maluf, da ex-esposa do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, Nicéa Camargo, e de outras pessoas que, segundo a senadora, estão sendo citadas pela imprensa como envolvidas em possíveis ocorrências de evasão de divisas (*ver reportagem abaixo*).

Outro requerimento apresentado à CPI, de autoria do deputado Eduardo Valverde (PT-RO), é de convite ao secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em

1995, dom Raimundo Damasceno, e seus auxiliares, para falar sobre o levantamento realizado naquele ano pela entidade sobre as contas de não residentes no país, as chamadas contas CC-5. O documento da CNBB, segundo o deputado, foi encaminhado à Presidência da República e, pelas informações que o parlamentar obteve da Conferência, nenhuma providência teria sido tomada.

O senador José Jorge (PFL-PE) disse que, antes dessas audiências, a secretaria da CPI do Banestado deveria solicitar o trabalho em que a CNBB denuncia indícios de irregularidades nessas operações. O presi-

dente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), informou que os requerimentos serão apreciados em reunião específica.

Antero disse que dois consultores do Senado irão a São Paulo para buscar toda a documentação requerida pela CPI relativa aos inquéritos policiais sobre evasão de divisas para paraísos fiscais. Em outro informe aos integrantes da comissão, o senador afirmou que já começaram a chegar de Curitiba os laudos periciais e outros dados de inquéritos policiais sobre as remessas irregulares originárias de contas bancárias CC-5 abertas em Foz do Iguaçu (PR).

Para Serys, comissão vai apontar culpados

A senadora Serys Slhessa-arenko afirmou ontem que a CPI do Banestado "vem trabalhando em silêncio, mas está indo célere e firme e, no final, vai ter muitos nomes para a Justiça" indiciar por remessa ilegal de divisas ou desvio de dinheiro público. Serys comunicou ao Plenário a apresentação de quatro requerimentos à CPI convocando Paulo Maluf, Celso Pitta, Nicéa Camargo e Simeão Damasceno, ex-coordenador financeiro de uma empresa que executou obras em São Paulo que estão sob investigação.

– Segundo a imprensa, o sr. Paulo Maluf ficou detido em Paris, onde foi questionado sobre um depósito superior a US\$ 1 milhão em conta bancária naquele país. Se ele vier ao Congresso, poderá explicar a origem desse dinheiro – ressaltou a senadora.

No mesmo discurso, Serys voltou a pedir ao governo federal que não deixe de aplicar na recuperação das rodovias brasileiras dinheiro da Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico (Cide).

CPI deve fazer diligência nos EUA, prevê Antero

O presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros, informou ser intenção da comissão ir aos Estados Unidos para se informar melhor sobre a remessa de dólares originários do Brasil para agências em território norte-americano.

Antero disse ainda que a CPI entregou o último documento que viabilizará a continuidade das investigações nos EUA. As informações incluem justificativas e explicações que sustentam pedidos de quebra de sigilo daqueles que receberam dólares por meio das contas CC-5.

Na opinião do senador, o Ministério da Justiça vem ajudando e, nos últimos dias, garantiu verbas para que o Ministério Público monte um programa de computador que irá cruzar dados telefônicos e bancários.

– Sem a CPI, as investigações já teriam parado – avaliou Antero de Barros.

Projetos de Tuma visam inibir o roubo de cargas

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou ontem quatro projetos de lei baseados nas informações colhidas pela CPI mista que investigou o roubo de cargas, concluída no ano passado. Um deles (PLS 153/2003) torna obrigatória a intervenção da Polícia Federal nos crimes interestaduais e internacionais, como geralmente acontece nos furtos e roubos de cargas.

Outra proposta (PLS 152/2003) autoriza o rompimento do lacre aduaneiro durante a inspeção de cargas. O projeto estabelece que após a inspeção seja colocado novo lacre, mas determina que, havendo indício de crime, os bens sejam apreendidos para averiguação.

Há também o projeto (PLS 151/2003) que elimina a cobrança de imposto sobre mercadorias furtadas ou roubadas antes da entrega ao destinatário.

– Não é justo que se tribute o bem roubado porque o Estado não lhe garantiu segurança – explicou o senador.

Por último, há a proposta (PLS 154/2003) de se tipificar ao menos a receptação culposa, quando praticada por comerciantes ou indústrias. A alteração na lei, conforme Tuma, é neces-

sária devido à forma como vêm agindo os criminosos.

– É corriqueiro o uso de empresas regulares como fachada para a receptação. São essas firmas que encomendam, armazenam e distribuem rapidamente no mercado os produtos roubados ou desviados em grande escala pelos ladrões – explicou.

Tuma enumerou as conclusões da CPI, que detectou inclusive ligações entre grandes traficantes de entorpecentes e vários chefes do roubo de cargas. Ele salientou que é difícil provar a culpa dos líderes das organizações criminosas.

– Só quebrando o sigilo de contas bancárias, comunicações e declarações ao fisco, o que uma comissão parlamentar pode fazer com apreciável rapidez – sustentou.

Os projetos apresentados por Tuma estão entre as conclusões do relatório final da CPI, que inclui a abertura de processo contra 12 empresas e o indiciamento de 156 pessoas. Como a legislatura encerrou-se simultaneamente com os trabalhos da comissão, não foi possível que as sugestões de seus integrantes se transformassem em projetos, por isso o senador assumiu a autoria das propostas.

Mozarildo sugere que CRE apure caso do avião francês

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) protestou ontem contra a "fraca reação" do governo brasileiro frente ao ingresso em território nacional de um avião militar francês

que, segundo publicou a imprensa, veio com militares, diplomatas e agentes secretos daquele país para negociar a libertação da ex-senadora e ex-candidata à Presidência da Colômbia Ingrid Betancourt. A ex-senadora, que tem nacionalidades francesa e colombiana, foi seqüestrada em

fevereiro do ano passado pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). O senador sugeriu que o caso seja investigado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Mozarildo leu a nota divulgada pelo Ministério das Rela-

ções Exteriores na qual o governo brasileiro "lamenta os acontecimentos que envolveram a presença de avião e cidadãos franceses em território brasileiro" e também "manifesta sua surpresa por não ter sido previamente consultado".

– Com todo o respeito ao Ministério das Relações Exteriores, considero que a nota é muito fraca.

Mozarildo parabenizou a revista *Carta Capital*, que destacou o episódio em duas edições seguintes, e citou repor-

tagens publicadas pelos jornais *Correio Braziliense*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Em aparte, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) afirmou que o caso, ao ser levado à tribuna por um senador da região, "certamente terá um eco maior".



Mozarildo considera "fraca" nota do Itamaraty



Roosevelt Pinheiro

SOLUÇÃO Teotônio Vilela diz que medida é necessária para retomada do crescimento

Teotônio cobra maior redução da taxa de juros

O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) afirmou, em discurso no Plenário, que as medidas adotadas pelo governo federal até o momento são insuficientes para reverter o quadro recessivo da economia do país, "que necessita de iniciativas mais consistentes e menos localizadas".

Ao comentar o artigo intitulado "Apenas Paliativos", publicado pela *Folha de S. Paulo*, ele observou que somente uma redução mais rápida dos juros seria capaz de proporcionar uma retomada consistente do crescimento econômico.

De acordo com o artigo citado por Teotônio Vilela Filho, as medidas até então anunciadas buscam estimular apenas setores específicos que têm, no conjunto da economia, "fôlego muito curto". Entre essas medidas, segundo a matéria, estão o reforço da oferta de crédito a micro e pequenas empresas e pessoas de baixa renda, o programa Primeiro Emprego e a redução de impostos para reanimar as vendas das montadoras de automóveis no mercado interno.

Conforme a matéria, essas iniciativas foram lançadas como uma espécie de roteiro para uma agenda de desenvolvimento e "oferecem à opinião pública a impressão de que o governo se mexe para tirar a economia do marasmo", informou o parlamentar.

"Mas, objetivamente, não cabe esperar que sejam capazes de compensar o impacto recessivo da política macroeconômica em geral e, em particular, da taxa de juros altíssima. Enquanto essa restrição geral ao crescimento não for relaxada, as próximas iniciativas localizadas que vêm surgindo tenderão a ser esvaziadas", diz o artigo citado pelo representante alagoano.

PT defende Previdência para trabalhador informal

■ Proposta da Executiva Nacional do partido ao governo estende a 40 milhões de pessoas direito a aposentadoria

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), informou que a Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) decidiu, em reunião realizada ontem, pedir ao governo um projeto para que 40 milhões de trabalhadores informais tenham alguma forma de apoio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quando atingirem a idade de aposentadoria. Ele disse que essas pessoas, por não pagarem contribuição pre-



Roosevelt Pinheiro

REPÚDIO Tião Viana informou ainda que partido repele eventual greve dos magistrados

videnciária, em tese não terão direito a aposentadoria.

O colegiado decidiu ainda, conforme relato de Tião Viana ao Plenário do Senado, dar total apoio ao relator da reforma

da Previdência, deputado José Pimentel (PT-CE), que em seu parecer limitou a 75% do salário de ministro do Supremo Tribunal Federal os vencimentos dos desembargadores dos tribunais de Justiça dos estados. Esse é um dos motivos que levaram os juízes a decidir entrar em greve no próximo dia 5.

— A Executiva Nacional do PT manifestou apoio incondicional ao governo Luiz Inácio Lula da Silva e ao relator José Pimentel, ao mesmo tempo em que repudia a greve anunciada pela magistratura.

A reunião foi presidida pelo ex-deputado José Genoíno, presidente do partido, e contou com a presença do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.



Roosevelt Pinheiro

MOBILIZAÇÃO José Jorge prega união dos prefeitos para evitar falência dos municípios

José Jorge quer manter receita das prefeituras

A ameaça de corte da receita municipal, com a aprovação da proposta de reforma tributária, levou o senador José Jorge (PFL-PE) a conchamar, ontem, os prefeitos a unirem forças para evitar a falência dos municípios brasileiros.

Ele informou que a Executiva Nacional do Partido da Frente Liberal decidiu se reunir com os prefeitos da legenda, no próximo dia 14, no Auditório Petrólio Portella, do Senado, para definir formas de avançar na luta em favor dos municípios. Segundo José Jorge, o PFL já ofereceu emenda à proposta, estabelecendo que o total da arrecadação federal deverá ser repartido entre União, estados e municípios.

José Jorge classificou como uma grande injustiça contra as prefeituras a não-inclusão, no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de percentual das receitas auferidas pela União com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O fundo é composto de parcelas do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Em apartes, os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Edison Lobão (PFL-MA) e Garibaldi Alves (PMDB-RN) manifestaram apoio às preocupações do representante de Pernambuco.

— Essa ansiedade dos prefeitos é motivada pela falta de um fluxo mais correto do pacto federativo e da falta de repasse das contribuições arrecadadas pela União — opinou Tuma. Lobão reclamou que "a União vem escamoteando tributos", enquanto Garibaldi disse que "é hora de propor medidas que possibilitem aos municípios serem parceiros da ação federal e estadual".



Gerônimo Maggela

RESISTÊNCIA DOS SERVIDORES Paim ouviu críticas de representantes da Fasubra à emenda da Previdência

Paim admite que alguns pontos da reforma ainda podem ser negociados

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), recebeu, ontem, representantes da Federação dos Sindicatos Técnico-Administrativos das Universidades Brasileiras (Fasubra), que formularam críticas à reforma da Previdência. O senador admitiu no encontro que ainda há três pontos a serem negociados: tributação de inativos, aumento do limite de idade para aposentadoria e valor das pensões.

— Entendo que, no momento em que a proposta de reforma aqui chegar, é nossa obrigação estabelecer uma mesa de negociação, como foi feito na Câmara

ra pelo presidente João Paulo. Então nós vamos ouvir todas as entidades e também o governo — declarou Paulo Paim.

Os representantes da Fasubra estão preocupados com a tributação dos inativos, questão que, conforme o senador, pode deslocar-se para os estados.

— Se foi uma imposição dos governadores, eles que a encaminhem para a Assembleia Legislativa e discutam com os deputados estaduais e com os servidores se devem ser tributados os inativos. A mesma coisa deve acontecer nos municípios — recomendou.

Quanto à idade para aposen-

tadoria, Paim defendeu uma regra de transição. O senador deu o exemplo de um cidadão que precise de apenas um mês para aposentar-se pela regra atual. Se não conseguir aposentar-se antes da promulgação da nova emenda, vai ter que trabalhar mais sete anos, explicou, considerando essa situação uma injustiça.

Ele disse também que é preocupante a questão das pensões. "Pela forma como está redigido, o pensionista poderá receber de 30% a 70% dos direitos", lembrou Paim, para quem deveria ser adotada a mesma fórmula da área privada.

Lobão diz que Maranhão está pronto para receber refinaria

Segundo senador, estudos técnicos comprovam que estado oferece as melhores condições

O senador Edison Lobão (PFL-MA) informou ao Plenário em discurso ontem que o governo do Maranhão acabou de concluir um estudo técnico que “não deixa qualquer dúvida sobre as vantagens do estado” para receber a nova refinaria que a Petrobras pretende construir no Brasil. Essa avaliação aponta a “estratégica posição geográfica” e a capacidade de atender a todos os requisitos de logística exigidos.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

VANTAGEM Estudo indica que retorno do investimento no Maranhão é alto, afirma Lobão

O estudo ressalta que “a estrutura portuária existente, incluindo porto e retroporto; a

extensa malha ferroviária com acesso privilegiado a cinco estados; e a possibilidade de implantação de novo modal de suprimento são diferenciais que só o estado do Maranhão tem a oferecer”.

Retorno

Em seu discurso, Lobão destacou ainda a taxa de retorno de 19,24% prevista no projeto, considerada “extremamente atrativa”. A instalação da nova refinaria no Maranhão, acrescentou, irá proporcionar geração anual de riqueza para os estados do Tocantins e Mato Grosso entre R\$ 50 milhões e R\$ 70 milhões, segundo o estudo.

– É natural, senhor presidente, que todos os estados disputem a recepção de um empre-

endimento como o de uma nova refinaria de petróleo. O que atingiria as raíais da irresponsabilidade seria a escolha de uma localização por pressões políticas, ao arrepio das conclusões técnicas – assinalou o parlamentar.

Lobão afirmou que o governador José Reinaldo Tavares tem mostrado “dinamismo e criatividade”, correspondendo à confiança da população do estado.

– Esteja certo o governador que estaremos juntos nessa luta que pessoalmente travo há mais de sete anos, para que se reconheça, no território maranhense, a localização tecnicamente mais correta para a instalação da refinaria – disse.



BURACOS Raupp revelou que transporte de grãos agora leva o triplo do tempo

Raupp apela a Lula por verbas para a BR-364

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ao presidente Lula que, “pelo amor de Deus”, libere verbas para que sejam recuperadas as rodovias federais em Rondônia. Ele informou ontem que as estradas já estão intransitáveis e, com a chegada das chuvas de verão, será praticamente impossível transportar safras de cereais e alimentos para as populações do estado.

– A principal rodovia federal que corta Rondônia, a BR-364, com 1.300 quilômetros no estado, encontra-se totalmente esburacada e já não se pode dizer que ela é uma estrada asfaltada – alertou.

Raupp disse que os caminhões com soja e milho produzidos em Mato Grosso faziam o trajeto até Porto Velho três vezes por semana. Agora, gastam uma semana por viagem, o que aumenta os custos dos grãos escoados por Porto Velho, às margens do Rio Madeira.

Valdir Raupp citou cada rodovia federal que passa por Rondônia e em todas elas há problemas sérios.

– Algumas delas, além dos buracos, já perderam pontes. Com o período intenso de chuvas, será impossível passar por lá um caminhão. Não bastassem esses problemas, os 6 mil quilômetros de rodovias estaduais e os 30 mil municipais também se encontram em condições precárias.

O senador pediu ao governo Lula que pelo menos libere os R\$ 200 milhões que a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) pode destinar aos estados e municípios para obras rodoviárias, recursos contingenciados desde 2002.

Garibaldi elogia a recriação da Sudene

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) demonstrou ontem, em Plenário, satisfação com as decisões do governo federal de recriar a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), lançar o Programa de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite e reformular o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco.

Ao comentar o ressurgimento da Sudene, extinta em 2001, Garibaldi ressaltou sua expectativa e esperança de que o órgão possa voltar a prestar bons serviços à região. Ponderou, entretanto, que não espera “milagres”



EXPECTATIVA Garibaldi não espera milagres com ressurgimento do órgão

– nem que a instituição exerça o mesmo papel dos anos 60, época de seu apogeu.

– Faz-se indispensável que ela possa coordenar o planejamento de ações e examinar projetos de desenvolvimento para a região – disse.

Quanto ao programa de leite, o senador registrou a satisfação de quem criou programa similar quando governador do Rio Grande do Norte. A distri-

buição do produto beneficiava 138 mil crianças e deficientes no estado e contribuiu, como informou, “para baixar o índice de mortalidade infantil de forma significativa”.

– O estímulo ao produtor foi tal que, em oito anos, a produção passou de 80 mil para 600 mil litros por mês – afirmou, observando que o governo federal pretende oferecer ao menos um litro de leite por criança, gestante ou mãe que esteja amamentando.

Garibaldi Alves comemorou a revisão do projeto de transposição de águas do São Francisco, que deverá custar mais R\$ 6 bilhões.

Com a mudança, não só o Rio Grande do Norte, a Paraíba, o Ceará e Pernambuco seriam beneficiados, mas todo o Nordeste.

Finalmente, o senador defendeu a adoção de critérios técnicos para definição do estado nordestino que deverá receber uma refinaria da Petrobras, compartilhando opinião expressa segunda-feira por Edison Lobão (PFL-MA).

Eduardo pede recursos para concluir eclusa

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pediu ontem que o governo federal libere recursos para a conclusão da eclusa (diques que permitem a descida ou subida de embarcações em um desnível de um canal ou um rio) da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, ou Usina do Lageado, no Rio Tocantins. Segundo o parlamentar, a eclusa diminuiria muito o custo do transporte dos produtos do Centro-Oeste destinados à exportação.

Para Eduardo, o escoamento da produção de soja do Tocantins “é um drama, uma lástima”, feito por via rodoviária até os portos de Santos (SP) ou Paranaguá (PR), a um custo mínimo de US\$ 30 por tonelada.

– Se concluídas as obras da eclusa, teríamos 700 quilômetros de navegação até o terminal da Ferrovia Norte-Sul, na cidade de Aguiarnópolis (TO). Lá já está praticamente pronta uma plataforma multimodal, para conexão das barcas com ferrovia, levando a produção até o



ESCOAMENTO Término da obra vai baratear exportação de soja, disse Eduardo

Porto de Itaqui, no Maranhão – disse o parlamentar, ressaltando que o porto é o mais próximo da Europa e dos Estados Unidos.

O senador afirmou ainda que a bancada de seu estado destinou, no Orçamento da União, recursos para a construção da obra, considerada por eles prioritária. Mas alertou que até agora, no final do mês de julho, o governo federal gastou apenas 2,7% dos R\$ 9 bilhões previstos para investimentos. Ele informou ter enviado ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, um pedido formal solicitando liberação dos recursos para a obra.

Em aparte, o senador José Jorge (PFL-PE) reconheceu que quase todas as obras federais estão paralisadas, inclusive o metrô do Recife.